

Problemas relacionados a *Biases* em Sistemas de Organização do Conhecimento: perspectivas para a Representação de Assunto

Issues related to Biases in Knowledge Organization Systems: perspectives in Subject Representation

Suellen Oliveira Milani | UNESP | suellenmilani@hotmail.com

José Augusto Chaves Guimarães | UNESP | guima@marilia.unesp.br

Resumo: Para atribuir notações de classificação e termos de indexação aos documentos, os bibliotecários valem-se do processo de representação de assunto e de sistemas de organização do conhecimento, tais como esquemas de classificação, linguagens de indexação etc. Quando a representação de assunto não é realizada de uma forma defensável, pode-se promover, censurar, omitir e distorcer informações. Nesse contexto, o bibliotecário terá que considerar valores éticos e barreiras culturais e linguísticas e, portanto, estará diante de dilemas que exigirão tomadas de decisão éticas. A partir do momento em que o bibliotecário reconhece o fato de que dilemas éticos não resolvidos podem causar danos às comunidades de usuários, sua postura perante tal circunstância deverá ser respeitosa. Nesse sentido, com base em relatos de artigos extraídos da literatura internacional especializada em organização do conhecimento, o presente artigo propõe uma reflexão sobre a forma pela qual os sistemas de organização do conhecimento podem fomentar dilemas éticos na atuação do bibliotecário. Esse estudo, de caráter exploratório e aplicado, vale-se de uma abordagem qualitativa e bibliográfica e tem como objetivo apresentar exemplos para discussão desse tema em disciplinas relacionadas à organização do conhecimento, assim como em outros espaços abertos a reflexões éticas.

Palavras-chave: Representação de assunto. Sistemas de organização do conhecimento. Biases. Dilemas éticos.

Abstract: Librarians assign classification notes and indexing terms to documents through subject representation and knowledge organization tools, such as classification schemes, indexing languages etc. When subject representation is not carried out in a reliable way, approval, censorship, omission or misrepresentation of information may occur. Librarians will have to deal with ethical values as well as cultural and linguistic boundaries, and they will face dilemmas that require ethical decision-making. Once librarians realize that unresolved ethical problems can be harmful to their community users, they should be respectful. Basing on reports from the specialized international literature, this paper proposes a discussion about the ways in which knowledge organization tools may present ethical dilemmas for librarians. By approaching the issue from an exploratory, bibliographic and qualitative perspective, this study aims to provide elements for discussion both in courses related to knowledge organization and other areas concerned with ethical issues.

Keywords: Subject representation. Knowledge organization systems. Biases. Ethical dilemmas.

1 Introdução

Em 2002, Hope Olson lançou o livro “O poder de nomear: localizando os limites da representação de assunto em bibliotecas”, sua tese de doutorado.

Logo no primeiro capítulo, a autora cita um exemplo que ilustra perfeitamente o escopo do presente estudo. Olson relata a experiência vivida por Marielena Fina ao consultar o catálogo da biblioteca de Boston em 1972. Naquela época, quando se acessavam os catálogos por meio de cartões, ela encontrou um referente ao termo *latino(a)* registrado sob o cabeçalho de assunto *bibliotecas e deficientes sociais*. Sendo uma *chicana* (latina residente nos Estados Unidos), Fina sentiu-se insultada, também porque notou que os livros sobre latinos estavam agrupados em uma categoria de assunto depreciativa, ou seja, *deficientes sociais*. Para ela, a biblioteca como instituição não era um ambiente amigável, o catálogo não era uma ferramenta imparcial, pois o tratamento dado ao assunto *latino(a)* a colocava em uma posição marginal, inferior e humilhante. Infelizmente, situações como essa em geral podem levar usuários a deixarem de frequentar uma biblioteca.

Posteriormente, e talvez motivada por essa experiência pessoal, Fina (1993) tornou-se bibliotecária e publicou um artigo sobre o papel desempenhado pelos cabeçalhos de assunto quanto ao acesso à informação para os latinos dos Estados Unidos.

Em Biblioteconomia, diz-se que um ponto de acesso, semelhante àquele cartão *bibliotecas e deficientes sociais*, é um substituto documental, ou seja, um registro que fornecerá ao usuário o endereço onde estarão os livros sobre aquele assunto no acervo da biblioteca. Esses substitutos documentais são construídos pelos bibliotecários e funcionam como verdadeiros rótulos dos livros que se encontram no acervo ou dos itens em sistemas de informação [1].

Para atribuir esses rótulos, os bibliotecários valem-se do processo de representação de assunto. Quando este processo não é realizado de forma defensável, pode-se promover, censurar, omitir e distorcer informações. Assim, pode-se privar um usuário de obter informações ou de conhecer o ponto de vista

de um autor sobre um assunto, por exemplo *latinos*, como no caso da *chicana* Fina. Há um poder oculto incorporado ao processo de representação de assunto.

A atribuição de nomes às coisas exige esforços para que uma autoridade seja imposta por meio da linguagem, ensina Olson (2002). Esse controle imposto à linguagem não é baseado nas características e necessidades de cada indivíduo, mas em um padrão que ampare uma comunidade de usuários. Pode ser que, ao criar um substituto documental, o bibliotecário o faça de uma maneira tendenciosa, evocando, consciente ou inconscientemente, suas crenças e seus valores éticos, ou, ainda, veiculando preconceitos, como ocorreu no caso da pesquisa de Marielena Fina no catálogo da biblioteca de Boston. Quando os substitutos documentais refletem preconceitos, tendenciosidades, vieses por meio dos descritores de indexação, notações de classificação, diz-se que esses substitutos veiculam *biases*.

Ao indexar ou classificar um documento, o bibliotecário vislumbra que alguém irá percorrer a ponte informacional que ele acabou de construir ou reformar, a fim de chegar até à informação desejada e, então, se apropriará dessa informação. O acesso e apropriação da informação, nesse sentido, figuram como o objetivo da Biblioteconomia e Ciência da Informação e tem na recuperação da informação uma grande aliada. É importante salientar que tal objetivo só será alcançado uma vez que ocorra de forma equitativa. Para a representação de assunto, equidade implicaria em fazer esforços, moldar ações e, assim, dar voz às várias comunidades de usuários que frequentam a biblioteca.

A representação de assunto insere-se no âmbito da organização do conhecimento, que é um marco teórico-conceitual para a Biblioteconomia e Ciência da Informação. Além disso, é um espaço institucionalizado dentro da área de Ciência da Informação no qual se discutem teorias e metodologias sobre a criação de substitutos documentais, as práticas e atividades sociais relacionadas ao acesso ao conhecimento.

Considerando que, a fim de construir diferentes caminhos de acesso à informação para diferentes comunidades de usuários de forma equitativa, os bibliotecários poderiam promover espaços para a discussão sobre o conceito de

hospitalidade cultural e sua mensagem ética. As estruturas para tomada de decisão ética, por exemplo, seriam um tema para a consideração de elementos interessantes.

Com base na noção de hospitalidade na classificação, Beghtol (2002, p. 518) propôs o conceito de hospitalidade cultural, que consiste na “[...] habilidade de uma notação incorporar novos conceitos e estabelecer relações semânticas e sintáticas apropriadas entre os conceitos velhos e os novos.” O conceito de hospitalidade cultural funcionaria como uma estrutura teórica com uma mensagem ética, isto é, evocaria as dimensões éticas envolvidas nas atividades de representação, acesso e apropriação da informação. Segundo a autora, o objetivo da sua proposta sobre a hospitalidade cultural é sinalizar que um sistema de informação poderia abrigar diferentes comunidades de usuários baseando-se no poder de escolha do usuário.

Os bibliotecários cuidam de documentos, mas também cuidam de pessoas que, dentro de uma biblioteca, enfrentarão as mesmas questões sociais que elas habitualmente vivenciam. Assim sendo, com a inserção do conceito de *diferenças* nos processos de organização do conhecimento, as comunidades de usuários da biblioteca passariam a ser vistas como comunidades de pessoas.

Os bibliotecários devem promover um espaço de negociação com os processos e os sistemas de organização do conhecimento para a construção de substitutos documentais. Como não existe um substituto documental em termos universais, é necessário construir um que seja defensável e favoreça o acesso à informação dentro de um contexto, dando, assim, voz às comunidades de usuários que dele farão uso.

Ao lidar com valores éticos e barreiras culturais e linguísticas, o bibliotecário sempre se deparará com dilemas, e, conseqüentemente, deverá tomar decisões éticas. Entretanto, no momento em que ele reconhece a existência dos problemas éticos que poderão causar danos à sua comunidade de usuários, sua postura deverá ser respeitosa.

A partir de relatos em artigos sobre organização do conhecimento extraídos da literatura internacional especializada [2], neste artigo propõe-se uma reflexão sobre como os sistemas de organização do conhecimento podem fomentar dilemas éticos na atuação do bibliotecário. Para tanto, esse estudo, de caráter exploratório e aplicado, vale-se de uma abordagem qualitativa e bibliográfica e tem como objetivo apresentar exemplos para discussão desse tema em disciplinas relacionadas à organização do conhecimento, assim como em outros espaços abertos a reflexões éticas.

2 Dilemas éticos e os sistemas de organização do conhecimento

Geralmente, os sistemas de classificação, e até mesmo as listas de cabeçalhos de assunto, são construídos a partir de uma perspectiva racionalista e empirista baseada principalmente na garantia literária [3], de uso e terminológica (McTAVISH; NEAL; WATHEN, 2011). Por outro lado, um sistema de organização do conhecimento poderia

[...] incorporar uma perspectiva sócio-construtivista ao reconhecer que “o conhecimento é um produto que envolve fatores históricos, culturais e sociais onde divisões fundamentais e conceitos fundamentais são produtos das divisões do trabalho científico, cultural e social em domínios do conhecimento” (ALBRECHTSEN; JACOB, 1998, p. 296 citado por McTAVISH; NEAL; WATHEN, 2011, p. 388).

Nessa perspectiva, os interesses das comunidades de usuários ganhariam voz e o sistema de organização do conhecimento poderia passar a ser visto definitivamente como uma ferramenta política. Uma vez que a biblioteca funciona como um microcosmo com as mesmas cordialidades e tensões que ocorrem na sociedade, o catálogo, construído a partir dos sistemas de organização do conhecimento, deveria atuar como um mediador justo e confiável entre as suas comunidades de usuários e os itens presentes em seu acervo.

Por essa razão, o entendimento pragmático dos sistemas de organização do conhecimento é importante, é preciso reconhecer os esforços das instituições que os gerenciam, mas as reflexões sobre essas práticas devem ser discutidas

constantemente (McTAVISH; NEAL; WATHEN, 2011), principalmente em sua vertente ética [4].

Olson (2000, p. 70) afirma que a Lista de Cabeçalhos de Assuntos da Biblioteca do Congresso, por exemplo, é um recurso a ser usado enquanto agente de mudanças, pois é um instrumento dominante em nossa cultura e “[...] podemos fazê-lo permeando os limites da autoridade cultural”.

Martínez-Ávila e Guimarães (2013) lembram que as críticas às abordagens universais utilizadas pelos sistemas de classificação, assim como a visão positivista do século XIX, podem ser consideradas como as principais conquistas dos estudos de cunho ético relacionados à organização do conhecimento.

Os autores constatarem que, apesar de muitas das sugestões dos críticos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação tenham sido acatadas pelos sistemas de classificação ou listas de cabeçalhos de assunto, as questões profundas permanecem intocadas.

É sabido que cada sistema de classificação, lista de cabeçalhos de assunto ou tesouro será construído e revisado de acordo com os valores de uma época, os objetivos da instituição e as crenças dos envolvidos nesse processo. Por esse motivo, todos esses sistemas de organização do conhecimento são tendenciosos de alguma maneira, mesmo que tenham sido criados com o objetivo único de gerenciar ou organizar livros nas prateleiras, por exemplo. Ocorre que, na literatura especializada de Biblioteconomia e Ciência da Informação, geralmente, considera-se que um sistema de organização do conhecimento é tendencioso quando as nuances que ele destaca causa danos ou benefícios a comunidades de usuários. Na maioria das vezes, a literatura especializada discute os prejuízos causados a alguma dessas comunidades.

Assim, um sistema de organização do conhecimento ou um substituto documental veicularia *bias*, inclinação ou tendenciosidade ao evocar as crenças e princípios de quem os criou, preconceitos ou desvios às normas dominantes, revelando um ponto de vista contra os outros pontos de vista [5].

Na busca para garantir a precisão na recuperação da informação, as *biases*, os direcionamentos ou vieses serão aliados no sentido de promover a necessária especificidade na representação de assunto. Nesse caso, restarão evidentes os diferentes pontos de vista.

Um exemplo: a partir de uma perspectiva epistemológico-feminista, pode-se perguntar se uma determinada classificação reflete um ponto de vista dominante masculino, suprimindo, portanto, visões feministas. Essa maneira de considerar as classificações está relacionada a como os interesses de classe estão refletidos, como os interesses étnicos estão refletidos e como os interesses coloniais estão refletidos. Ao invés de termos múltiplas epistemologias específicas para cada uma dessas questões, poderíamos dizer que todas representam um tipo de visão crítico-teórica da OC [organização do conhecimento], que está novamente ligada a uma visão pragmática do conhecimento (i.e., o conhecimento serve a propósitos práticos) e, por isso, o conhecimento tem que ser avaliado em relação a quais propósitos práticos (e os de quem) ele apoia, e se outros propósitos e valores estão relativamente reprimidos (HJØRLAND, 2014, p. 369-370).

Ao considerar múltiplas epistemologias como tipos de visão crítico-teórica na organização do conhecimento, abre-se espaço para o criticismo enquanto apreciação crítica de algo a partir de alguns critérios de avaliação.

Antes de apresentar exemplos de problemas relacionados às *biases* nos sistemas de organização do conhecimento, é importante lembrar que existem algumas presunções na organização do conhecimento que vêm sendo tomadas como verdades inquestionáveis e que poderiam causar danos às comunidades de usuários. Algumas dessas presunções são: universalidade (OLSON, 2002), bibliocentrismo (SMIRAGLIA, 2009; 2015), neutralidade (MAI, 2013; MILANI, 2014; SHOEMAKER, 2015) e imparcialidade das categorias mutuamente exclusivas (FOX, 2015). Apesar de pouco abordadas, essas presunções vêm sendo mencionadas de maneira implícita pela literatura especializada, em que prevalecem as críticas relacionadas aos sistemas de organização do conhecimento, mais especificamente as listas de cabeçalhos de assunto.

No tocante à estrutura sindética, isto é, a rede de relacionamentos “ver” e “ver também” dos cabeçalhos de assunto há diversas críticas como, por exemplo, não ligar tópicos de assunto apropriados. Essas críticas são mais comuns do que

aquelas relacionadas às justaposições ou ao posicionamento hierárquico dos sistemas de classificação (OLSON; SCHLEGL, 2001). Por outro lado, os sistemas de classificação podem propiciar formas de violência intelectual e, nesse contexto, associar princípios de classificação e representação linguística à opressão. É importante lembrar que comumente os usuários utilizam os termos listados nos sistemas de organização do conhecimento, presentes no índice de assuntos, para efetuarem as suas buscas no catálogo.

O quadro a seguir aponta alguns problemas éticos percebidos em sistemas de organização do conhecimento:

Quadro 1 – Tipos de problemas relacionados às *biases* negativas em sistemas de organização do conhecimento

Tratamento do tópico como uma exceção	<i>Escopo:</i> O tópico de assunto é representado como estando “do lado de fora” de uma norma aceita.
	<i>Exemplos:</i> Cabeçalhos de assunto na LCSH que utilizavam a construção: “mulheres como...”, os quais tornaram-se obsoletos. Nas classificações, o tratamento da literatura a partir da língua em que está escrita causa problemas aos países colonizados, pois, além de vir primeiro na estante, ter maior espaço e subdivisões cronológicas mais específicas são dados à língua dos colonizadores, o que não ocorre com a literatura indígena de um país, por exemplo.
	<i>Perigo:</i> Impressão de que esses indivíduos são anômalos.
Guetização do tópico	<i>Escopo:</i> O tópico de assunto é reunido e isolado do todo ao invés de integrado.
	<i>Exemplos:</i> Obras referentes aos aborígenes norte-americanos estão separadas da cultura norte-americana dominante e, geralmente, encontram-se apenas nas classes relacionadas à história. No contexto dos <i>Women's studies</i> , a guetização tem sido vista cada vez menos como uma conveniência (isto é, deixar juntas todas as obras que tratam deste tema) e cada vez mais como uma limitação (isto é, por que retirar as obras do contexto geral da coleção?)
	<i>Perigos:</i> Sugere que todos os trabalhos sobre um determinado tópico encontram-se juntos e isolados. Os interesses especiais ou especializados seriam considerados como o <i>outro</i> a ser deixado de fora do contexto dominante.
Omissão do tópico	<i>Escopo:</i> Sugere uma falta de atualização dos sistemas de organização do conhecimento.
	<i>Exemplos:</i> A LCSH dificulta a representação de posturas ideológicas diferentes, por exemplo, a tradição dialética de Pierre Bourdieu. Nas classificações CDD, CDU e LCC, as igrejas independentes da África não podem ser representadas, enquanto a Cristandade dominante na África, outras religiões africanas e igrejas independentes dos Estados Unidos o são.
	<i>Perigo:</i> Pode revelar algumas presunções.
inadequada do sistema de organização do	<i>Escopo:</i> Maneiras pelas quais os termos são agrupados e má disponibilização do espaço. Nas listas de cabeçalhos de assunto, a estrutura sindética pode falhar ao relacionar tópicos.

	<i>Exemplos:</i> Problemas para representar comunidades africanas consistem em: entendimento impreciso da língua africana, representação das pessoas de acordo com a maneira como estão agrupadas, má alocação no tocante às culturas africanas se comparada ao espaço destinado às culturas européias e norte-americanas brancas e mecanismos de divisão inapropriados (por exemplo, língua). <i>Perigo:</i> Ao confiarmos na habilidade dos usuários em executar buscas utilizando operadores booleanos, podemos estar colocando as obras referentes aos grupos marginalizados fora do seu alcance.
Terminologia com <i>biases</i>	<i>Escopo:</i> Talvez, por tomarmos como verdade o caráter negativo veiculado pelo termo <i>bias</i> associado à terminologia, as autoras não viram a necessidade de definir ou contextualizar esse problema. <i>Exemplos:</i> O exemplo utilizado pelas autoras diz respeito à discussão que se deu no contexto da <i>American Library Association</i> sobre a sugestão de Sanford Berman de evitar-se nomear pessoas somente utilizando um adjetivo. Por exemplo: o cabeçalho <i>pobre</i> (<i>poor</i>) ressaltaria apenas um elemento da existência de um indivíduo excluindo todos os outros. Uma solução seria a mudança do cabeçalho para <i>pessoas pobres</i> (<i>poor people</i>). Ressaltamos que <i>poor</i> continua sendo o termo autorizado e <i>poor people</i> é o termo não autorizado referenciado por meio de uma remissiva. <i>Perigo:</i> Este é o problema mais visível e discutido na literatura e, mesmo assim, continua presente nos sistemas de organização do conhecimento.

Fonte: Elaborado por Milani (2014) a partir dos resultados de Olson e Schlegl (2001).

O bibliotecário pode ter uma boa intenção ao *tratar um tópico de assunto como uma exceção* de forma a “dar destaque” a ele, valorizando, desse modo, a sua inclusão na coleção. No entanto, quando se trata de pessoas, a exceção geralmente é entendida como o tratamento dado ao que é incomum a ponto de que nem as suas diferenças permitiriam que o tópico fizesse parte do todo da coleção. No Vocabulário Controlado USP, por exemplo, o descritor *História da mulher* encontra-se abaixo do descritor *Historiografia*, como se as mulheres não fizessem parte da Historiografia Geral, figurando, assim, como uma exceção (MILANI, 2010).

Alguns constrangimentos também ocorrem quando se promove a *guetização de um tópico de assunto* utilizando-se os sistemas de organização do conhecimento. Furner e Dunbar (2004) notam que entre a 18ª e 22ª edição, isto é, entre 1971 e 2003, a Classificação Decimal de Dewey orientava os bibliotecários a consultarem a Tabela 5 – Grupos raciais, étnicos e nacionais para classificar assuntos referentes à miscigenação. A notação envolvia *Raças básicas* (caucasianos, mongoloide, negroide) e *Misturas das raças básicas* (caucasianos e mongoloides, mongoloides e negroides, negroides e caucasianos, caucasianos, mongoloides, negroides). Na 22ª

edição, o nome da Tabela 5 mudou para – Grupos étnicos e nacionais, a classe *Raças básicas* foi excluída e a classe denominada *Misturas das raças básicas* foi renomeada para *Povos de ancestrais mistos com origem étnica proveniente de mais de um continente*. Nesse sentido, um critério geográfico suplantou o critério biológico previamente usado. Porém, mesmo assim a classe ainda não incluiria pessoas pertencentes a mais de uma etnia com ancestrais de um mesmo continente, observam os autores.

Outro constrangimento menos comentado na literatura especializada diz respeito à elaboração de índices de assunto de livros. Bell (1991) questiona: onde devemos inserir os nomes das amantes nas biografias? É certo que devemos refletir o peso que cada nome citado teve na obra, mas, de qualquer modo, a guetização do nome da amante não seria defensável.

A omissão de um tópico de assunto talvez seja o problema mais visível aos não especialistas. Por exemplo,

[c]onsidere o impacto na auto-imagem e identidade social de um estudante do Pueblo Picuris quando não puder encontrar [o termo] Picuris Indians nas coleções catalogadas segundo a 29ª edição da LCSH, enquanto os índios de Acoma e Taos aparecem listados” (STROTTMAN, 2007, p. 60).

Há sérias implicações sociais causadas pela geração de um produto preconceituoso. Bell (1991) diz que na elaboração de índices de livros há diversos argumentos sobre a supressão de assuntos, que vão desde supressões justificadas por diplomacia e delicadeza até outras atribuídas à dificuldade que um determinado leitor teria ao lidar com um determinado assunto na obra (então, por que colocá-lo também no índice?). Sempre que omitirmos ou suprimirmos algum assunto de uma obra, evocaremos a censura e, a menos que tenha alguma justificativa defensável, haverá implicações éticas.

Ao refletir sobre as notas que os bibliotecários podem inserir no catálogo de suas bibliotecas, Homan (2012) questiona-se sobre como se deveria proceder em relação ao que ele chamou de *bad books*, isto é, aqueles livros que são muito antigos, que contêm erros, são muito simples ou resumidos, foram expurgados,

contêm plágio, violam direitos autorais, veiculam difamação ou são produtos de fraude [6].

Problemas oriundos da *estrutura inadequada de um sistema de organização do conhecimento* são mais difíceis de serem negociados quando se relacionam à classificação de grupos humanos, principalmente quando são representados por meio de conceitos interseccionais. A interseccionalidade, ou teoria interseccional, advém do movimento feminista inter-racial e “[...] dá nome aos sistemas de opressão interligados, vivenciados pelas mulheres pertencentes às minorias” (COMBAHEE..., 2003). Em outras palavras, as mulheres experienciam a opressão por serem mulheres numa sociedade patriarcal e machista; as mulheres negras são oprimidas por serem mulheres e, também, por serem negras, ou seja, sofrem opressões por serem mulheres numa sociedade patriarcal, machista e racista. O conceito *mulheres negras* compôs a primeira intersecção dos conceitos de gênero e de raça e o valor teórico dessa construção estendeu-se a outras formas de opressão, como classe, orientação sexual, idade, necessidades especiais, *status* de cidadania e muito outros (FOX; MARTÍNEZ-ÁVILA; MILANI, 2017).

Muito se tem falado sobre a terminologia com *biases*. O que soa preconceituoso para algumas pessoas pode não soar para outras, mas, nesse momento, a visão de mundo do bibliotecário deve expandir-se para abrigar as resoluções provenientes de suas tomadas de decisão: escolha da concepção de análise de assunto, limitações dos sistemas de organização do conhecimento adotado e, por fim, o juízo ético construído a partir de seus próprios valores. Como a Library Congress Subject Headings [7] é a lista de cabeçalho de assuntos mais usada mundialmente, ela é também a mais discutida. Já no final da década de 1960, a presença de *biases* na Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso norte-americano começou a ser discutida, e isso pode ter-se dado por causa da dimensão internacional que essa linguagem estava tomando:

[o]s especialistas argumentam que alguns cabeçalhos de assunto, particularmente aqueles usados para identificar grupos de pessoas, perpetuam ‘a supremacia cultural excludente da cultura patriarcal e colonial europeia dominante’ (Olson 2000) (KNOWLTON, 2005, p. 124).

Fischer (2005) chega à conclusão de que a terminologia com *biases* ou a falta de terminologia na Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso norte-americano também advém dos atrasos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos para adicionar novos termos à lista e do fato de que essas revisões são consideradas muito caras.

Segundo Jacobs (2007), vários fatores podem resultar em *biases*, como atrasos na atualização dos sistemas de organização do conhecimento, a cessão do poder para as mãos de poucos, a possibilidade de que esses sistemas sejam usados como ferramentas para mudanças políticas, questões como a escolha ou formulação de termos sem considerar suas possíveis conotações e o uso do politicamente correto sem uma avaliação.

Hjørland (2008, p. 260) cita um exemplo de *bias* intencional no sistema de classificação dinamarquês (DK5),

[...] as Ilhas Virgens estão classificadas como sendo parte da “Dinamarca” (46.5), embora tenham sido vendidas aos EUA em 1916! Isso pode ser considerado uma *bias*, mas uma *bias* bem aceita no sentido de que os usuários do sistema estarão principalmente interessados nessas ilhas por causa das suas relações anteriores com a Dinamarca (e os livros são escritos sobre a antiga possessão dinamarquesa).

Ainda a respeito da *terminologia com biases*, Guimarães (2017) reitera que essa questão deve ser pensada em um contexto espaço-temporal, de modo que preconceitos em um dado tempo ou lugar podem constituir-se em padrões sociais em outro [8].

Segue a análise de alguns exemplos práticos de dilemas éticos diretamente relacionados às idiossincrasias vistas sob uma outra perspectiva e comentados por Fox, Martínez-Ávila e Milani (2017):

O estabelecimento das hierarquias entre os termos nos sistemas de organização do conhecimento pode fomentar preconceitos e homofobia em situações, como “[...] quando um adolescente gay busca auxílio na literatura para entender a si mesmo e descobre que todo o material sobre esse assunto se encontra subordinado a ‘perversão’. Neste caso, nós estamos oprimindo mais um jovem” (SMIRAGLIA, 2006, p. 186).

Um exemplo mais específico dessa questão é fornecido por De la Tierra (2008) ao mencionar o conflito de uma garota de dezessete anos que, ao solicitar materiais sobre homossexualidade na Biblioteca Pública de Nova Iorque, encontra as seguintes notas: “ver *Desvio*” ou “ver *Patologia*”.

Aos vinte e um anos, a escritora e ativista americana, Judy Grahn, buscava informações sobre homossexualidade e lésbicas na Biblioteca de Washington DC para saber quem ela poderia ser. No entanto, ela descobriu que os livros sobre esse assunto estavam trancados: “Apenas professores, doutores, psiquiatras e advogados criminais poderiam vê-los, consultá-los ou tocá-los” (GRAHN, 1984, p. xi).

Wolf (1972) apresenta como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação da Biblioteca do Congresso agruparam por meio de contextos e referências “coisas gays” junto a crime e distúrbio sexual, prostituição e pornografia etc. Essa situação, contrária ao núcleo familiar e ao sexo praticado apenas no casamento, era aceita e estabelecida como a norma. Em resposta, C. Summer Spalding, na época diretor assistente da sessão de catalogação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, afirmou que a biblioteca não estabelece o uso, apenas o reflete.

Weiss e Brascher (2016) destacam que os aspectos contextuais envolvidos na construção do conhecimento acarretam implicações éticas para a organização do conhecimento, principalmente, nas relações de equivalência estabelecidas nos tesauros. Nos sistemas de organização do conhecimento e nas bibliotecas

[p]ossibilitar a distinção do que foi considerado igual ou equivalente para fins de revocação [...] é uma medida que minimiza as implicações éticas de se escolher uma forma de expressão como termo preferido e proporciona maior flexibilidade [...] (WEISS; BRASCHER, 2016, p. 151).

As autoras observam que essa flexibilidade poderia ser materializada na formação de *clusters* dos resultados para cada um dos termos possíveis nas buscas em catálogos de bibliotecas, considerando, por exemplo, os termos que foram utilizados na busca inicial.

3 Considerações finais

A organização do conhecimento poderá solucionar ou minimizar os problemas relacionados às *biases* próprias de cada cultura a partir do momento em que os usuários são valorizados. Aqueles provenientes de uma mesma cultura não devem ser considerados como um grupo homogêneo. Nesse caso, a noção de igualdade, enquanto um meio para atingir-se a objetividade, pode resultar num tratamento separado, embora igual, das diferenças (OLSON; SCHLEGL, 2001).

A organização do conhecimento poderia solucionar ou minimizar os problemas relacionados às *biases* e, simultaneamente, lidar com as visões multiculturais no momento em que se começa a questionar suas presunções. Tanto no mercado de trabalho quanto no âmbito acadêmico, o bibliotecário irá defrontar-se com uma grande quantidade e diversidade de assuntos e discursos. As condutas que ele assumir diante dos dilemas cotidianos envolverão seus próprios valores morais, bem como aqueles que permeiam a profissão. Ocorre que a leitura desses discursos será diferente em função do contexto e da época em que o bibliotecário estiver inserido. Por essa razão, as tomadas de decisão exigem reflexões éticas constantes.

Ao compreender que as comunidades de usuários enfrentarão dentro da biblioteca as mesmas questões sociais que elas habitualmente vivenciam, o bibliotecário pode tentar observar de que maneira essas questões se manifestam nesse espaço social específico. Uma das formas de se fazer isso seria observar como se dão as relações de poder na prática bibliotecária.

Na organização do conhecimento, não existe um substituto documental ideal nos moldes de universalização. Um substituto documental defensável é aquele que promove o acesso à informação dentro de um contexto e que dá voz às comunidades de usuários que dele farão uso. Essa declaração vai ao encontro do juramento que os bibliotecários prestam na cerimônia de colação de grau, o qual diz: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na *dignidade da pessoa humana*” (BRASIL, 1966, grifo nosso).

É impossível entender o outro da mesma forma que um indivíduo entende a si mesmo, e, quando ele consegue enxergá-lo e aceitá-lo como sendo outra pessoa, o faz a partir das suas próprias experiências e expectativas. Assim, é somente a partir de uma postura ética pautada pelo empenho em tratar o outro com dignidade que os bibliotecários constroem, adaptam e utilizam substitutos documentais, os quais mereceriam ser metaforicamente chamados de pontes temáticas para o documento. Tal postura evocaria valores morais, como respeito, honradez e honestidade. O outro são os usuários da nossa biblioteca que não pertencem às correntes principais, as classes dominantes (MILANI, 2014).

Seria viável trabalhar simultaneamente várias culturas, mas isso se dará apenas quando se consideram as suas diferenças. Para isso, o primeiro passo seria identificar quais são as vozes excluídas no contexto de uma biblioteca e tentar convidá-las a estar presentes. Para tanto, serão necessários esforços no sentido de encontrar espaços de negociação, ou seja, espaços onde esses usuários se sentirão à vontade para interagir com a biblioteca. O catálogo pode ser uma alternativa, mas é possível ir além, mostrando aos usuários não apenas o que solicitaram, mas também algumas outras opções que seriam úteis para suas necessidades informacionais.

Na tentativa de tornar permeáveis os limites no contexto da representação de assunto, as comunidades de usuários que não tiverem voz nas bibliotecas devem ser informadas de que são um público importante e que suas demandas poderão ser atendidas.

Essa negociação entre os usuários e o acervo pode dar-se por meio do aprimoramento das relações sintagmáticas e associativas entre os termos no catálogo ou pela sinalização de que, apesar de a estrutura hierárquica utilizada limitar a disposição dos documentos às estantes, outros espaços são atribuídos a eles virtualmente. Mostrar aos usuários que problemas relacionados às *biases* na representação de assunto existem poderia instigá-los a entender melhor o domínio do conhecimento com o qual estão em contato.

Os sistemas de organização do conhecimento refletem a cultura dominante de uma sociedade e, por essa razão, desempenham um papel importante no contexto das bibliotecas. No entanto, tais sistemas de organização do conhecimento permitem que os bibliotecários trabalhem nas margens ou nos limites sociais e epistemológicos, visando incluir diferentes pontos de vista (OLSON, 2000).

Como os termos eleitos para compor esses sistemas de organização do conhecimento veiculam uma liderança social, política e tecnológica (STROTTMAN, 2007), eles podem atuar como agentes para mudanças culturais [9]. Percepções advindas do método de Desconstrução (OLSON, 1996, MILANI, 2014), por exemplo, poderiam ser utilizadas como uma estratégia metacognitiva para a tomada de decisão ética frente à presença de *bíais* no conteúdo de um documento ou mesmo na linguagem de indexação ou sistema de classificação utilizado pela biblioteca. Ao identificar o dominante e o outro na situação-problema, o bibliotecário poderia invertê-los, buscando identificar os limites de cada um e, então, tentar promover uma negociação na etapa de avaliação da indexação.

Ações nesse sentido devem ser discutidas entre os bibliotecários que valorizem a presença de comunidades de usuários diversas em suas bibliotecas e que queiram pensar em soluções para dar voz a elas. Essa não será uma tarefa fácil, mas assumir a presença dos problemas relacionados às *biases* na representação de assunto já seria um primeiro passo.

No processo de representação do assunto e a construção de substitutos documentais considerados por meio de uma abordagem ética, observa-se a indissociabilidade entre os processos, instrumentos e produtos de organização do conhecimento e os estudos de usuários e, mais especificamente, os estudos de comunidades. Tal observação permite que se identifiquem e se respeitem os distintos contextos culturais em que ocorrem a representação, a recuperação e a apropriação da informação, para geração de novo conhecimento.

Como conclusão deste estudo, torna-se oportuna a seguinte afirmação de Olson (1999, p. 66): “Nosso objetivo pode não ser o de exercer poder, exceto o

poder da recuperação da informação, mas nós fazemos parte desse poderoso discurso cultural e não somos apenas afetados por ele.”

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES) pelo financiamento do Estágio de Pós-Doutorado em Ciência da Informação da autora Suellen Oliveira Milani.

Notas

[1] Em catálogos de bibliotecas, registros são criados para substituir documentos. Cada registro de catalogação é um substituto de um documento sob alguma forma – livro, recursos de som, páginas da Internet etc., e contém diferentes tipos de representações informacionais daquele documento. Esses registros são armazenados em uma base de dados onde podem ser pesquisados para recuperação dos documentos selecionados (OLSON, 2002, p. 3).

[2] Para construir a reflexão de sua tese de doutorado, Milani (2014) delineou um domínio conceitual composto pelos termos bias(es), biased, misrepresent(ation), prejudice, preconception, assumption, presumption, os quais foram objeto de busca nos títulos, subtítulos, resumos e palavras-chave dos artigos publicados entre 1996 e 2010 nas seguintes fontes: CCQ, EIT, JDoc, JIE, JASIST, KO, The Indexer, ARIST, AKO (1991 a 2010) e NASKO Proceedings (2007, 2009 e 2011). Dos 4912 artigos científicos publicados, 66 foram obtidos integralmente e extraídos para análise. Trechos dessa análise foram revisitados no presente artigo.

[3] A garantia literária pressupõe que a inclusão ou exclusão de descritores e seus relacionamentos hierárquicos ou associativos “[...] deve ser feita mediante confirmação da existência de um ou mais materiais já existentes no acervo dessa instituição ou em seu catálogo que contenha o mesmo tópico de assunto. O princípio da garantia literária não considera as estruturas de organização utilizadas pela Ciência nem elaboradas por especialistas ou provenientes de estudos de usuários e usos. A garantia literária considera apenas os tópicos de assunto atribuídos aos materiais presentes em seu acervo ou catálogo” (MILANI, 2014, p. 24).

[4] Os processos de classificação utilizados no cotidiano podem contribuir com sugestões valiosas para o desenvolvimento de uma relação ética entre profissionais de outras áreas e suas comunidades de usuários. Cite-se, como exemplo, o estudo de McTavish (2015), que descreve as práticas de classificação realizadas por nutricionistas canadenses e como seu entendimento sobre uma alimentação saudável reflete e confirma os padrões estabelecidos pelos guias de alimentação.

[5] Ao utilizar a linguagem e a perspectiva de um grupo de leitores em particular ao invés de buscar conjuntos de termos mais neutros, a LCSH [Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, assim como qualquer

linguagem de indexação] pode fazer com que alguns materiais sejam mais difíceis de encontrar por outros usuários, estigmatizar certos grupos de pessoas por meio de rótulos imprecisos ou degradantes, ou insinuar que alguns pontos de vista são normais e outros incomuns (KNOWLTON, 2005, p. 124).

[6] Homan (2012) diz que as bibliotecas que puderem manter os seus bad books (porque têm espaço ou mesmo porque estão amparadas por uma política que apoie a disponibilização desses materiais), devem mantê-los e sinalizar tais características por meio de uma nota em seu catálogo. O autor analisa o caso do livro *Arming America* de Michael Bellesiles, um famoso caso de fraude acadêmica da virada do século XXI, e apresenta as percepções de um diretor de biblioteca, de um desenvolvedor de coleções e de alguns bibliotecários. Marcações como fitas, colas e notas no próprio livro não são recomendadas.

[7] A sua versão em português – Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional é mantida e utilizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

[8] Nesse mesmo sentido, Milani (2014) afirma que os termos escolhidos para representar o assunto de um documento, a notação de classificação a ele atribuída, seu resumo e índice correm o risco de serem construídos com biases em dois contextos. Em um contexto negativo, os substitutos documentais e os sistemas de organização do conhecimento introduzem biases “[...] quando deixa[m] de incluir diversos aspectos, desprivilegia[m] grupos e temas [...]” (OLSON, 2002, p. 15). Assim, um substituto documental ou um sistema de organização do conhecimento contendo bias veicularia: a) inclinação ou tendenciosidade, geralmente evocando crenças e princípios de quem os criou; b) preconceito ou desvio. Já em um contexto positivo, apontam-se direcionamentos ou vieses nos substitutos documentais ou sistemas de organização do conhecimento, visando garantir especificidade às comunidades usuárias por meio da representação de assunto. A discussão sobre a *slanted knowledge organization* desenvolvida por Guimarães (2017) vem ao encontro desse contexto positivo.

[9] Tennis (2016, p. 574) ensina que “[a]s pesquisas no contexto da ontogênese dos assuntos e da anatomia da mudança da linguagem de indexação (ou mudança no esquema) nos mostram como as nossas estruturas podem ser construídas para adaptar, mas também para revelar os contornos das necessárias complexidades que se manifestam em nossas tentativas de representar o conteúdo, assuntos, tópicos e aboutness nos nossos esquemas ao longo do tempo”.

Referências

ALBRECHTSEN, H.; JACOB, E. K. The dynamics of classification systems as boundary objects for cooperation in the electronic library. **Library trends**, Baltimore, v. 47, n. 2, p. 293-312, 1998.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BELL, H. K. Bias in indexing and loaded language. **The indexer**, London, v. 17, n. 3, p. 173-177, 1991.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução nº 6, de 13 de julho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 17 ago. 1966. Seção 1, p. 2361.

COMBAHEE River Collective. A black feminist statement. In: McCANN, C. R.; KIM, S.-K. **Feminist theory reader**. New York: Routledge, 2003. p. 164-171.

DE LA TIERRA, T. Latina lesbian subject headings: the power of naming. In: ROBERTO, K. R. **Radical Cataloging: Essays at the Front**. Jefferson: McFarland & Company, 2008. p. 94-102.

FINA, M. The role of subject headings in access to information: the experience of one speaking-patron. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 17, n. 1/2, p. 267-274, 1993.

FISCHER, K. S. Critical views of LCSH, 1990–2001: the third bibliographic essay. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 41, n. 1, p. 63-109, 2005.

FOX, M. J. **Gender as an “Interplay of Rules”**: Detecting Epistemic Interplay of Medical and Legal Discourse with Sex and Gender Classification in Four Editions of the Dewey Decimal Classification. 2015. 287 f. Tese (Doutorado em Information Studies) – University of Wisconsin-Milwaukee, Milwaukee, 2015.

FOX, M. J.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MILANI, S. O. A Interseccionalidade e o Respeito às Pessoas na Organização do Conhecimento. In: ALVES, M. A.; GRÁCIO, M. C. C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (Org.). **Informação, conhecimento e modelos**. Campinas: UNICAMP, 2017. p. 239-253. (Coleção CLE, 78).

FURNER, J.; DUNBAR, A. W. The treatment of topics relating to people of mixed race in bibliographic classification schemes: a critical race-theoretic approach. In: McILWAINE, I. C. (Ed.). **Knowledge Organization and the Global Information Society: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference**, London, 13-16 July 2004. Würzburg: Ergon, 2004. p. 115-120. (Advances in Knowledge Organization, 9).

GRAHN, J. **Another Mother Tongue: Gay Words, Gay Worlds**. Boston: Beacon Press, 1984.

GUIMARÃES, J. A. C. Slanted Knowledge Organization as a New Ethical Perspective. In: ANDERSEN, J.; SKOUVIG, L. (Ed.). **The Organization of Knowledge: Caught between Global Structures and Local Meaning**. Bingley: Emerald, 2017. p. 87-102.

HJØRLAND, B. Deliberate bias in knowledge organization? In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Culture and Identity in Knowledge Organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference**, Montréal, 5-8 August 2008. Würzburg: Ergon, 2008. p. 256-261. (Advances in Knowledge Organization, 11).

HJØRLAND, B. Is facet analysis based on rationalism? A Discussion of Satija (1992), Tennis (2008), Herre (2013), Mazzocchi (2013b), and Dousa & Ibekwe-San Juan (2014).

Knowledge Organization, Würzburg, v. 41, n. 5, p. 369-376, 2014.

HOMAN, P. A. Library catalog notes for “bad books”: ethics vs. responsibilities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 347-356, 2012.

JACOBS, C. Ethical places, ethical spaces: stopping to listen. **The indexer**, London, v. 25, n. 3, p. 161-166, 2007.

KNOWLTON, S. A. Three decades since *Prejudices and Antipathies*: a study of changes in the Library of Congress Subject Headings. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 40, n. 2, p. 123-145, 2005.

MAI, J.-E. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 40, n. 4, p. 242-253, 2013.

MARTÍNEZ AVILA, D.; GUIMARÃES, J. A. C. Críticas de las clasificaciones bibliográficas: universalidad, postestructuralismo y ética. **Scire**, Zaragoza, v. 19, n. 2, p. 21-26, 2013.

McTAVISH, J. R.; NEAL, D. R.; WATHEN, C. N. Is what you see what you get? Medical subject headings and their organizing work in the violence against women research literature. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 38, n. 5, p. 381-397, 2011.

McTAVISH, J. The ethics of querying and permeating Canadian everyday life nutritional classification technologies and processes. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 308-315, 2015.

MILANI, S. O. **Bias na Representação de Assunto**: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

OLSON, H. A. Difference, culture and change: the untapped potential of LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 29, n. 1/2, p. 53-71, 2000.

OLSON, H. A. Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelian legacy. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 26, n. 2, p. 65-73, 1999.

OLSON, H. A.; SCHLEGL, R. Standardization, objectivity, and user focus: a meta-analysis of subject access critiques. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 32, n. 2, p. 61-80, 2001.

OLSON, H. A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

SHOEMAKER, E. No one can whistle a symphony: seeking a catalogers' code of ethics. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 353-357, 2015.

SMIRAGLIA, R. P. Bibliocentrism, cultural warrant, and the ethics of resource description: A case study. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 47, n. 7, p. 671-686, 2009.

SMIRAGLIA, R. P. Bibliocentrism revisited: RDA and FRBR00. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 296-301, 2015.

SMIRAGLIA, R. P. Curating and virtual shelves: an editorial. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 33, n. 4, p. 185-187, 2006.

STROTTMAN, T. A. Some of our fifty are missing: Library of Congress Subject Headings for southwestern cultures and history. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 45, n. 2, p. 41-64, 2007.

TENNIS, J. T. Methodological challenges in scheme versioning and subject ontogeny research. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 43, n. 8, p. 573-580, 2016.

WEISS, L. C.; BRÄSCHER, M. Relações semânticas em tesauros: contribuições da abordagem pragmática. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 136-155, 2016.

WOLF, S. Sex and the Single Cataloger: New Thoughts on Some Unthinkable Subjects. In: WEST, C. **Revolting Librarians**. San Francisco: Booklegger Press, 1972. p. 39-44.